



Agosto/2014

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A Bacharel em Arquitetura

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# P R O V A

## Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****Conhecimentos Específicos**

1. A arquitetura do espaço rural sul-rio-grandense, influenciada pelo imigrante alemão, apresentou uma reinterpretação do enxaimel europeu, com adaptações em função de condicionantes locais. Constitui, entre outras, característica desse enxaimel:
  - (A) articulação de peças metálicas inclinadas sempre com preenchimento de madeira.
  - (B) vedos com pequenos quadros de madeira sempre montados com pregos, porcas e parafusos.
  - (C) esbeltez e pouca eficiência estrutural, sistema articulado, preenchido com madeira pregada.
  - (D) articulação de peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas, formando um sistema rígido, preenchido com materiais de vedação como adobe, pedra ou tijolos.
  - (E) construção com cunhais nos cantos da planta, espécie de herança do casebre das estâncias.
2. É correto afirmar em relação à ocupação de sítios com declividade
  - (A) de 8 a 15% – são locais inadequados e com muitas restrições; na situação original podem servir para atividades que precisem de construções sem a necessidade de cortes e aterros para dotá-los de patamares.
  - (B) de 2 a 7% – são locais que devem ser evitados, parecem planos e não escoam bem as águas pluviais.
  - (C) maior que 30% – são terrenos em princípio inadequados e precisam de obras especiais para sua estabilização.
  - (D) de 16 a 30% – são locais que podem ser utilizados sem a necessidade de obras especiais, cortes ou aterros.
  - (E) maior que 45% – são terrenos muito propícios a qualquer construção.
3. O edifício “Hipódromo de Cristal”, de autoria do arquiteto Roman Fresnedo Siri, construído em Porto Alegre, possui uma cobertura de vigas protendidas e cabos de sustentação, apoiada por uma única fileira de pilares, descentralizados, com um balanço de 26 m cobrindo as arquibancadas. A mídia divulgou que a construção encontra-se em péssimo estado de conservação e manutenção. Para diagnóstico do estado de conservação, é recomendável a
  - (A) verificação dos cabos pós-tensionados no interior das bainhas, que é uma operação muito simples, pois aplica-se métodos eletroquímicos e retira-se a bainha metálica ou de plástico das estruturas.
  - (B) coleta de dados da história da construção, mas ela nunca deve ser considerada no diagnóstico.
  - (C) inspeção visual, que consiste em determinar as condições da estrutura, embora forneça indicações irrelevantes para a especificação preliminar do fenômeno.
  - (D) verificação de fissuras transversais, perpendiculares ao sentido das barras que sempre indicam que a causa é a corrosão de armaduras.
  - (E) avaliação global da extensão do dano e posterior investigação com diversos graus de aprofundamento.
4. O *Light Steel Framing* – LSF é um sistema construtivo
  - (A) industrializado, que utiliza perfis de aço laminados a quente e perfis de chapa soldada, para a composição de painéis estruturais e não estruturais, vigas secundárias, vigas de piso, tesouras de telhado e demais componentes.
  - (B) de concepção racional, que tem como principal característica uma estrutura constituída por perfis formados a frio de aço galvanizado.
  - (C) industrializado, que possibilita construção a seco com grande rapidez de execução e que não depende da escolha dos materiais e de mão de obra para a velocidade de construção do sistema.
  - (D) baseado unicamente no emprego do *Drywall*, amplamente utilizado em vedações no Brasil, e que às vezes integra outros componentes como pisos e coberturas.
  - (E) fundamentado na modulação, que otimiza custos e mão de obra sem a obrigatoriedade de padronização dos componentes estruturais, dos fechamentos e do revestimento.
5. As ações abaixo fazem referência às condições de acessibilidade dos empreendimentos habitacionais de interesse social:
  - I. Definição de projetos e adoção de tipologias construtivas livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.
  - II. No caso de edificação multifamiliar, execução das unidades habitacionais acessíveis no piso térreo e acessíveis ou adaptáveis quando nos demais pisos.
  - III. Execução das partes de uso comum, quando se tratar de edificação multifamiliar, conforme as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
  - IV. Elaboração de especificações técnicas de projeto que facilite a instalação de elevador adaptado para uso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

São ações definidas no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o que consta em

  - (A) I, II, III e IV.
  - (B) I e IV, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) II e IV, apenas.



6. Em uma obra, para o controle do concreto usinado, entregue por caminhão betoneira, deve-se
- (A) confirmar no documento de entrega o volume do concreto, a classe de agressividade, o abatimento (*slump-test*) e a resistência característica do concreto à compressão ( $f_{ck}$ ).
  - (B) realizar o ensaio de *slump* coletando a amostra de concreto após descarregar 5 m<sup>3</sup> de concreto do caminhão e em volume aproximado de 3 litros.
  - (C) coletar, no princípio e no final da descarga, uma amostra que seja representativa para o ensaio de resistência.
  - (D) retirar uma amostra em quantidade suficiente, 10% maior que o volume necessário e inferior a 20 litros, para o ensaio de resistência.
  - (E) enviar os corpos de prova para o laboratório apenas em caso de suspeita de problemas de resistência.
- 
7. Os pontos de análise de cada espaço livre público existente podem variar de acordo com a escala e com o tipo de atividade, havendo, no entanto, algumas características básicas para definir suas condições, tais como:
- (A) acessibilidade, áreas de estar, permanência e projeto de instalações hidráulicas e elétricas.
  - (B) acessibilidade, arborização e fundações.
  - (C) arborização, segurança e recuos obrigatórios.
  - (D) acessibilidade, arborização, segurança e condições de circulação para o pedestre.
  - (E) arborização, segurança e tipologias construtivas.
- 
8. Em projetos de infraestrutura urbana, as ruas devem comportar uma série de redes subterrâneas onde são indispensáveis
- (A) poços de inspeção, câmaras de operação e bocas-de-lobo.
  - (B) bocas-de-lobo, junta aberta e cavaletes.
  - (C) poços de inspeção, câmaras de operação e cavaletes.
  - (D) gaiolas de cobre, poços de inspeção e câmaras de operação.
  - (E) bocas-de-lobo, cavaletes e gaiolas de cobre.
- 
9. A destinação dos resíduos sólidos exclusivamente urbanos em 70 municípios do Rio Grande do Sul, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em 2009, era de 54,29% em aterro sanitário, 31,43% em aterro controlado e 14% em lixão. É correto afirmar:
- (A) Os lixões, alternativa mais econômica, tendem a se expandir em função de determinações legais.
  - (B) Os lixões, embora desvalorizem os espaços do entorno e coloquem em risco a saúde pública, ainda são estimulados pelas políticas públicas.
  - (C) A maior parte dos resíduos sólidos são encaminhados para os aterros sanitários, que são locais devidamente preparados para a captação dos efluentes líquidos e gasosos.
  - (D) O percentual registrado em aterro sanitário indica que um pouco mais da metade dos resíduos são encaminhados para locais não controlados e que recebem terra como recobrimento.
  - (E) O aterro controlado é uma forma avançada de aterro sanitário, é melhor monitorado e conta com tecnologia de aproveitamento e controle de biogás.
- 
10. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, situada no Rio Xingu, Estado do Pará, tem sido centro de diversas polêmicas principalmente devido a seus impactos sociais e ambientais. Em relação às análises de impacto de construções desse porte, considere:
- I. Para obras dessa escala e importância, o Brasil exige o licenciamento nas quatro fases: planejamento, construção, operação e avaliação pós uso.
  - II. Instrumentos de regulação do ordenamento ambiental, ao sofrerem aprimoramentos metodológicos e técnicos, são fundamentais para conceber as políticas públicas, e não devem considerar a projeção de investimentos empresariais de grande porte.
  - III. A Avaliação de Impactos Ambientais tem como objetivo prevenir e minimizar as alterações que podem ocorrer na elaboração de um projeto ou de determinada atividade, pois o estudo é essencialmente um instrumento de previsão.
  - IV. Em obras desse porte, os aspectos socioambientais devem ser amplamente discutidos e dimensionados e a abordagem deve ser holística porque a complexidade dos problemas ambientais colocam em questionamento os efeitos destes sobre a saúde humana, o potencial produtivo dos ecossistemas, a sobrevivência dos seres vivos e aponta para uma mudança de escala espacial e temporal desses problemas.
  - V. Questões sociais, ambientais e econômicas como as da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte geram debate na comunidade internacional desde o anúncio de sua criação, tendo em vista o impacto e importância desse projeto não só em termos nacionais mas para o meio ambiente como um todo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e V.
- (E) I, II e IV.



11. Em relação à ergonomia do posto de trabalho informatizado, é correto afirmar que
- (A) se considera adaptado às dimensões de uma população, aquele posto que consegue acomodar 50% das pessoas.
  - (B) o mobiliário deve permitir a inclinação do tronco para frente e a alternância postural dos membros superiores.
  - (C) as regulagens do teclado na vertical e do vídeo nos planos horizontal e vertical são considerados indiferentes.
  - (D) o uso do apoio para os pés deve ser solidário à mesa e, se possível, ser regulável de 30 a 90 graus com o plano horizontal.
  - (E) uma maior superfície do encosto pode favorecer uma melhor distribuição do peso e um relaxamento muscular.
- 
12. Em relação ao Sistema de Informações Geográficas – SIG, é correto afirmar:
- (A) As definições incluem como uma das funções desse sistema a análise de dados e, algumas vezes, apresentam os SIGs como uma ferramenta exclusiva de síntese da informação meteorológica.
  - (B) A escolha das variáveis que serão representadas e os cruzamentos de dados desejados para a construção de indicadores limitam o usuário a um menu fixo do programa, embora permita a elaboração de alguns exercícios para a confirmação de hipóteses.
  - (C) Permite coleta e gestão automatizada de dados georreferenciados, limitando-se a seu armazenamento, mas sem a função analítica dos dados.
  - (D) Esse sistema permite agregações de informações de bases cartográficas em objetos geográficos distintos e suas ferramentas possibilitam o cruzamento de informações que se encontram em bases de dados distintas e que possuem unidades espaciais diferentes.
  - (E) Serve-se exclusivamente das seguintes fontes fixas para a observação e captura de dados e informações: aerolevantamentos, levantamentos cadastrais e topográficos sem a possibilidade de levantamentos via satélites de sensoriamento remoto.
- 
13. Em relação ao desenvolvimento sustentável, é correto afirmar:
- (A) A distribuição de renda não influi na implementação do desenvolvimento sustentável; é possível acessar bens e recursos ambientais mesmo com os atuais índices de desigualdade.
  - (B) Soluções isoladas são apenas paliativas e será necessário transformar nosso modo de vida para recuperar a qualidade dos ambientes.
  - (C) Nos últimos anos, muito se avançou na direção da sustentabilidade já que, na prática, em todos os setores foram substituídos os interesses econômicos e financeiros pelos sociais.
  - (D) O número de moradias urbanas precárias no país não compromete a implementação de práticas de desenvolvimento sustentável.
  - (E) São consideradas adequadas à saúde humana e à manutenção do equilíbrio ambiental as ligações à rede geral de esgotos, às fossas sépticas e ao lançamento direto ao solo.
- 
14. A falta de integração do planejamento das políticas públicas voltadas à mobilidade urbana no país levou a vários problemas estruturais. Dentre eles, incluem-se:
- (A) Perda de tempo com os congestionamentos urbanos e redução dos acidentes de trânsito.
  - (B) Intenso uso do transporte coletivo, em detrimento ao individual, e grande poluição.
  - (C) Redução do tempo de deslocamento e eficiência dos sistemas de transportes coletivos.
  - (D) Baixa ocorrência dos sistemas de alta capacidade de trens e metrô, restritos a poucas regiões metropolitanas, e inexistência de rede planejada.
  - (E) Redução dos congestionamentos urbanos e uso intensivo do transporte individual.
- 
15. Com a chegada da modelagem da informação da construção, tem-se uma mudança de paradigma, que pode alterar de maneira profunda as relações de trabalho entre as equipes envolvidas num mesmo projeto. A plataforma ou conceito *Building Information Modeling* – BIM
- (A) é apenas um modelador 3D destinado a gerar apresentações com alta qualidade e realismo gráfico.
  - (B) tem como principal característica a criação de modelos tridimensionais alimentados por diversos tipos de informações que permitem a geração de documentos como plantas, cortes, elevações e simulações relacionadas ao empreendimento.
  - (C) é uma filosofia de trabalho que permite independência aos arquitetos, engenheiros e construtores (AEC) na elaboração de um modelo (edifício) virtual bastante preciso sem a necessidade de trabalho conjunto.
  - (D) gera um modelo digital do edifício que representa exclusivamente suas características geométricas.
  - (E) possui apenas um *software* baseado nessa filosofia, desenvolvido a partir de tecnologia única.



16. Em relação à responsabilização da empresa projetista, a Portaria SEGECEX nº 33, de 7 de dezembro de 2012, em seu anexo "Roteiro de Auditoria de Obras Públicas" determina que
- (A) se a empresa deu causa a superfaturamento, deve ser apenada somente com suspensão de participação em novas concorrências.
  - (B) se a empresa deu causa a superfaturamento, injustificadamente acima dos previstos em sistemas referenciais de preços, esta não responde solidariamente com o agente público pelo dano causado.
  - (C) cabe ao gestor público aprovar o projeto elaborado e, por isso, responder por erros grosseiros cometidos pela empresa projetista.
  - (D) a equipe de auditoria não pode propor comunicação ao conselho de classe, caso seja constatada deficiência dos projetos básico/executivo elaborados pela empresa.
  - (E) quando, no âmbito de atuação do TCU, não houver culpa do agente público, deve-se responsabilizar a empresa projetista em solidariedade ao órgão ou entidade auditada.

17. No planejamento das cidades, o zoneamento de uso do solo é
- (A) um conjunto de diretrizes técnicas de instância federal cujo objetivo principal é o controle de expansão urbana.
  - (B) um documento sem restrições que pode viabilizar empreendimentos, estimular a expansão de algumas atividades econômicas e que nunca reflete tipos de uso já consolidados.
  - (C) o normatizador de construções e definidor do que pode ser feito no conjunto da cidade, não contém particularidades nem interfere na forma da cidade ou em sua economia.
  - (D) uma concepção da gestão do espaço urbano baseada na ideia de restringir usos para as diferentes áreas da cidade, sem propiciar qualquer impacto sobre o mercado imobiliário.
  - (E) uma concepção da gestão do espaço urbano baseada na ideia de eleger os usos possíveis para determinadas áreas da cidade e que tem impacto direto sobre o mercado imobiliário.

18. No programa *Revit*, são comandos de edição:

- (A) *Move, scale e rotate.*
- (B) *Array, mirror e wall.*
- (C) *Modify, copy e door.*
- (D) *Rendering, align e component.*
- (E) *Dimension, level e delete.*

19. Quanto à implantação de árvores no espaço público, considere:

- I. Quando houver rede elétrica deve-se priorizar espécies de menor porte, ou que apresentem possibilidade de condução da copa e crescimento lento.
- II. Redes aéreas de energia elétrica protegidas por revestimento, que permitem o contato simples da árvore com a rede energizada, quando em contato permanente, pode causar a deterioração do revestimento tornando a rede desprotegida.
- III. O projeto de arborização deve considerar as adversidades típicas do ambiente urbano ao selecionar espécies de árvores mais adequadas ao espaço físico disponível e às condições ambientais e antrópicas locais, tendo em vista o histórico de comportamento destas espécies na cidade.
- IV. O risco de dano à rede de distribuição de energia elétrica com árvores pode ser grande em termos materiais, mesmo que com baixo risco para pessoas devido às descargas elétricas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.



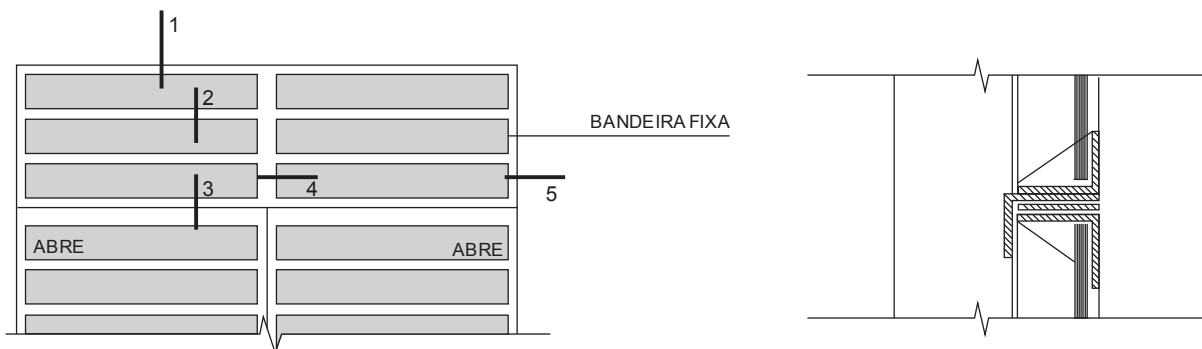
- 
20. São padrões utilizados para avaliar a qualidade das águas pluviais urbanas:
- (A) Sólidos totais, PH e ozônio.
  - (B) Ozônio, DBO e PH.
  - (C) DBO, sólidos totais e PH.
  - (D) Coliformes, DBO e ozônio.
  - (E) Ozônio, sólidos totais e coliformes.
- 
21. Apesar da grande disponibilidade bruta de recursos hídricos no país, diversas regiões se encontram atualmente sob estresse hídrico. Em relação à água consumida no mundo, o uso
- (A) urbano atualmente é mais da metade do total.
  - (B) doméstico corresponde aproximadamente a 60% do total.
  - (C) industrial corresponde a mais da metade do total.
  - (D) na agricultura representa 16% do total.
  - (E) na agricultura corresponde a mais da metade do total.
- 
22. Em relação à eficiência energética, poderoso instrumento de política ambiental, é correto afirmar:
- (A) O sítio urbano não tem qualquer influência sobre a eficiência energética.
  - (B) A escolha dos meios de transporte de mercadorias e pessoas mais adequados à realidade do sítio urbano não contribui para a eficiência energética.
  - (C) Uma malha urbana ineficiente pode diminuir o consumo energético.
  - (D) Através da entrada de tecnologias limpas e ampliação do consumo é possível reduzir também o impacto que as cidades causam ao meio ambiente.
  - (E) No âmbito municipal, a interação da gestão energética com outros programas de gestão, faz com que a eficiência energética seja mais um componente para a inserção do desenvolvimento sustentável dos municípios.
- 
23. O sistema estrutural de pórticos para telhado de duas águas, utilizado em galpões e edifícios industriais de elementos pré-fabricados de concreto, caracteriza-se por apresentar
- (A) elementos retos – vigas e pilares com ligações perfeitamente rígidas ou articuladas.
  - (B) diversos apoios intermediários.
  - (C) elementos portantes secundários, que formam o esqueleto pouco resistente do sistema construtivo.
  - (D) pouca funcionalidade ou competitividade econômica.
  - (E) um sistema construtivo em declínio com rara utilização e aplicação prática.
- 
24. Durante a concepção, projeto e execução de edificações em alvenaria estrutural armada, com blocos vazados de concreto, entre outros cuidados especiais, deve-se
- (A) realizar na fase de execução, controle de qualidade dos materiais sem preocupação com o recebimento ou a estocagem.
  - (B) especificar para a argamassa de assentamento e grautes, com base na norma brasileira, as dosagens, retenção de água e resistência à compressão.
  - (C) opinar a respeito das fundações a partir de conhecimentos empíricos tendo em vista que não existem estudos técnicos a respeito.
  - (D) especificar materiais constituintes, conforme diretrizes dos fabricantes, considerando-se que não existem normas técnicas ou metodologias confiáveis.
  - (E) estudar uma geometria específica para as cantarias de maneira a evitar que o fluxo de água se dirija para pontos vulneráveis como juntas e caixilhos.
-



25. São instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade relacionados à separação da propriedade dos terrenos urbanos do direito da edificação, a fim de aumentar a capacidade do poder público de interferir sobre os mercados imobiliários:
- (A) parcelamento e edificação compulsórios.
  - (B) direito de preempção e transferência do direito de construir.
  - (C) operação urbana consorciada e IPTU progressivo.
  - (D) outorga onerosa e direito de superfície.
  - (E) consórcio imobiliário e desapropriação com pagamento em títulos.
- 
26. No programa AutoCAD, são comandos de modelamento de sólidos:
- (A) *Loft* e *Edge*.
  - (B) *Union* e *3dmesh*.
  - (C) *Rulesurf* e *Torus*.
  - (D) *Polysolid* e *Box*.
  - (E) *Wedge* e *Revsurf*.
- 
27. A respeito do chamado regionalismo crítico em arquitetura, é correto afirmar:
- (A) Apenas alguns trabalhos na Europa, como os de Álvaro Siza, e no Japão, como os de Tadao Ando, servem de exemplo a tal teoria.
  - (B) Deve-se adotar elementos estilísticos vernaculares em oposição ao movimento moderno pré-guerra.
  - (C) O arquiteto norte-americano Kevin Lynch foi o grande teórico e difusor da expressão.
  - (D) Consciência do lugar e tectônica constituem-se em aspectos essenciais à criação de uma arquitetura autêntica.
  - (E) Torna-se imprescindível incentivar a homogeneização do ambiente construído, resultado patente da modernização das técnicas construtivas e da industrialização dos materiais.
- 
28. Segundo a Resolução Conama 001/86, dependem para sua aprovação de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:
- (A) Terminais de minério e linhas de transmissão acima de 230 KV.
  - (B) Estrada de rodagem com uma faixa de rolamento e distritos industriais.
  - (C) Portos e projetos urbanísticos acima de 50 ha.
  - (D) *Shopping centers* e aterros sanitários.
  - (E) Centrais hidrelétricas de até 10 MW e aeroportos.
- 
29. De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012),
- (A) entre as atribuições mínimas dos órgãos gestores dos entes federativos incumbidos do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana exclui-se o combate ao transporte ilegal de passageiros.
  - (B) é atribuição dos Estados fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas.
  - (C) é atribuição da União planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.
  - (D) a avaliação, a revisão e a atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana não podem exceder o prazo de cinco anos.
  - (E) os Municípios deverão divulgar, de forma sistemática e periódica, os impactos dos benefícios tarifários concedidos no valor das tarifas dos serviços de transporte público coletivo.



30. Considere os seguintes desenhos de uma porta com bandeira fixa em ferro perfilado:



O detalhe à direita que corresponde ao seguinte corte demarcado na elevação à esquerda é o de número

- (A) 1
- (B) 3
- (C) 2
- (D) 4
- (E) 5

31. Segundo a NBR 9050:2004, a largura mínima para a transposição de obstáculos isolados com extensão acima de 0,40 m por pessoas em cadeiras de rodas deve ser de

- (A) 0,90 m.
- (B) 1,00 m.
- (C) 1,10 m.
- (D) 0,80 m.
- (E) 1,20 m.

32. A respeito dos bens tombados no estado do Rio Grande do Sul, segundo o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, é correto afirmar:

- (A) Um conjunto de dez edificações é registrado em Pelotas.
- (B) O conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado constitui-se de mais de 40 imóveis tombados.
- (C) A Casa Bresser, em Novo Hamburgo, destaca-se como edificação típica da arquitetura rural da colonização italiana.
- (D) As ruínas de São Miguel das Missões foram incorporadas ao livro em 1938.
- (E) Apenas o Teatro Sete de Abril (1835) em Pelotas é tombado neste livro.

33. Sobre a influência e a contribuição da vegetação nos conjuntos urbanos, é correto afirmar:

- (A) Árvores de grande porte constituem-se nas melhores barreiras para o som produzido pelo trânsito de automóveis que se propaga paralelo ao solo.
- (B) Em locais onde o percentual de umidade do ar ultrapassa 65%, são mais bem indicadas as espécies arbóreas com folhas pequenas, claras e lisas.
- (C) A vegetação tem efeitos limitados sobre o vento nos recintos urbanos.
- (D) Quando a rua tem árvores de grande porte que se igualam com a altura dos edifícios, o sombreamento da vegetação é o menos significativo.
- (E) Recomenda-se arborizar o menos possível as ruas e avenidas com maior fluxo de veículos pesados que consomem óleo diesel.

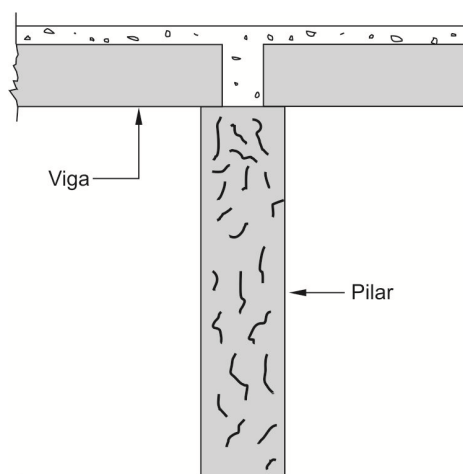




34. Para melhor utilização e maior conforto ambiental do usuário, os pavimentos nas vias de áreas verdes devem atender às seguintes exigências:
- (A) alta sonoridade e alto coeficiente de atrito.
  - (B) baixo coeficiente de atrito e baixa sonoridade.
  - (C) alto coeficiente de atrito e baixa resistência ao rolamento dos veículos.
  - (D) alta resistência ao rolamento dos veículos e alto coeficiente de atrito.
  - (E) baixa sonoridade e alta resistência ao rolamento dos veículos.
- 
35. A análise técnica para identificar o valor de um bem, de seus custos, frutos e direitos, assim como determinar indicadores de viabilidade de sua utilização econômica, para uma determinada finalidade, situação e data, é chamada de
- (A) inspeção predial.
  - (B) relatório.
  - (C) vistoria.
  - (D) perícia.
  - (E) avaliação.
- 
36. Dentre os principais tipos de conexão para esgoto (PVC), possibilitam duas, três e quatro ligações, respectivamente:
- (A) curva 90°, tê e junção dupla.
  - (B) junção simples, junção dupla e cruzeta.
  - (C) curva 45°, joelho 90° e tê.
  - (D) joelho 90°, cruzeta e junção dupla.
  - (E) curva 45°, junção simples e tê.
- 
37. Nas formas de madeiras utilizadas em obras, as peças que ligam os painéis das formas dos pilares, colunas e vigas, reforçando-as a fim de que resistam aos esforços que nelas atuam, na ocasião do lançamento do concreto, são chamadas de
- (A) espaçadores.
  - (B) travessões.
  - (C) montantes.
  - (D) gravatas.
  - (E) talas.
- 
38. Sobre a Certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* – LEED, é correto afirmar:
- (A) A partir de 80 pontos atinge-se o grau máximo de certificação conhecido como ouro.
  - (B) Nenhuma das certificações tem enfoque no urbanismo.
  - (C) Algumas tipologias, como escolas e hospitais, enquadram-se em certificações específicas.
  - (D) A apresentação de créditos para a certificação LEED é feita apenas por dois tipos de documentos: uma declaração padrão assinada pelo projetista ou responsável e o projeto completo.
  - (E) Atualmente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro somam juntos quase 50% dos registros de certificação LEED feitos em todo o país.



39. A figura abaixo demonstra a manifestação típica de uma patologia em pilar – resultado de cimento com excesso de anidrita, atraso no lançamento do concreto e/ou calor excessivo e umidade relativamente baixa.



Trata-se de uma fissura de

- (A) pega ou falsa pega.
  - (B) assentamento plástico.
  - (C) junta de concretagem.
  - (D) recalque.
  - (E) momentos volventes.
- 
40. De acordo com a NBR 12721:1999 – Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios, são consideradas especificações de acabamentos para acessórios sanitários de banheiros de padrão baixo:
- (A) metais cromados simples (água quente e fria).
  - (B) metais niquelados (água fria).
  - (C) válvula de descarga.
  - (D) lavatório de louça com coluna.
  - (E) bidê de louça de cor (modelo simples).
- 
41. A respeito do Regime Diferenciado de Contratação – RDC, criado pelo Governo Federal em 2011, é correto afirmar:
- (A) O RDC aplica-se exclusivamente a licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
  - (B) As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.
  - (C) Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação pode participar da mesma indiretamente.
  - (D) Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 80% do menor valor do orçamento estimado pela Administração pública.
  - (E) Nas licitações, poderá ser adotado apenas o modo de disputa aberto.
- 
42. A realização de obra de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, quando ainda não se dispõe de projeto executivo, é
- (A) vedada, exceto quando adotado o regime de empreitada integral.
  - (B) vedada, qualquer que seja o regime adotado.
  - (C) vedada, exceto quando adotado o regime de contratação integrada.
  - (D) permitida, qualquer que seja o regime adotado.
  - (E) permitida, exceto quando adotado o regime de empreitada integral.



43. Em uma determinada obra de engenharia em que se aplica o Regime Diferenciado de Contratações Públicas e onde foi utilizada a contratação integrada, são documentos técnicos que deverão constar do anteprojeto:
- (A) concepção da obra, licença ambiental e pareceres de sondagem.
  - (B) licença ambiental, pareceres de sondagem e levantamento topográfico e cadastral.
  - (C) concepção da obra, pareceres de sondagem e levantamento topográfico e cadastral.
  - (D) projeto "As Built", concepção da obra e pareceres de sondagem.
  - (E) levantamento topográfico e cadastral, concepção da obra, projeto "As Built".

44. A quebra do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em desfavor da Administração, por meio da alteração de quantitativos, caracteriza superfaturamento por
- (A) distorção do cronograma físico-financeiro.
  - (B) quantidade.
  - (C) alteração de metodologia executiva.
  - (D) jogo de planilha.
  - (E) preços excessivos.

45. Segundo a Norma Brasileira para Avaliação de Bens, o custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra, corresponde ao custo de
- (A) produção.
  - (B) reprodução.
  - (C) substituição.
  - (D) reedição.
  - (E) reposição.

46. Segundo a NBR 14653:2011, para avaliação de bens e imóveis urbanos, são itens que devem constar no laudo de avaliação simplificado:
- (A) objetivo da avaliação, diagnóstico de mercado e especificação da avaliação.
  - (B) planilha dos dados utilizados, resultado da avaliação e data de referência.
  - (C) objetivo da avaliação, especificação da avaliação e resultado da avaliação.
  - (D) planilha dos dados utilizados, diagnóstico de mercado e resultado da avaliação.
  - (E) objetivo da avaliação, resultado da avaliação e data de referência.

47. A Reserva Biológica da Serra Geral, localizada nos municípios de     I     – RS, é uma Unidade de Conservação de     II     – de domínio,     III     – onde a visitação pública sem objetivo educacional é     IV    .

Preenchem corretamente as lacunas I, II, III e IV o que está expresso em:

	I	II	III	IV
A	Itati, Maquiné e Terra de Areia	Proteção Integral	público estadual	proibida
B	Cambará do Sul e São Francisco de Paula	Uso Sustentável	público estadual	permitida
C	Itati, Maquiné e Terra de Areia	Uso Sustentável	público federal	permitida
D	Cambará do Sul e São Francisco de Paula	Proteção Integral	público federal	proibida
E	Itati, Maquiné e Terra de Areia	Proteção Integral	público federal	permitida

48. A legislação brasileira considera como saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de, entre outros,
- (A) recursos hídricos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
  - (B) esgotamento sanitário, abastecimento de água potável e recursos hídricos.
  - (C) abastecimento de água potável, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
  - (D) recursos hídricos, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
  - (E) abastecimento de água potável, recursos hídricos e limpeza urbana.



49. Considere:

- I. Conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.
- II. Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- III. Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

As definições I, II e III, estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, correspondem, respectivamente, a

- (A) gestão integrada de resíduos sólidos, controle social e gerenciamento de resíduos sólidos.
- (B) controle social, gestão integrada de resíduos sólidos e gerenciamento de resíduos sólidos.
- (C) gerenciamento de resíduos sólidos, controle social e gestão integrada de resíduos sólidos.
- (D) gestão integrada de resíduos sólidos, gerenciamento de resíduos sólidos e controle social.
- (E) controle social, gerenciamento de resíduos sólidos e gestão integrada de resíduos sólidos.

50. De acordo com a Lei Federal nº 6.766/79, são, entre outros, documentos que o loteador deve submeter ao registro imobiliário após aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento:

- (A) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos vinte anos, acompanhados dos respectivos comprovantes; certidões negativas de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de dez anos; declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.
- (B) certidões dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de vinte anos; histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos dez anos, acompanhados dos respectivos comprovantes; declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.
- (C) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos dez anos, acompanhados dos respectivos comprovantes; certidões negativas de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de dez anos; certidões dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de vinte anos.
- (D) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos vinte anos, acompanhados dos respectivos comprovantes; certidões dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de vinte anos; certidões negativas de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de vinte anos.
- (E) certidões dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de dez anos; histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos dez anos, acompanhados dos respectivos comprovantes; certidões negativas de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de dez anos.

51. São aparelhos passíveis de provocar a retrossifonagem, ou refluxo de águas servidas, para o sistema de consumo de água potável de uma edificação:

- (A) banheira, chuveiro e bidê.
- (B) chuveiro, lavatório e banheira.
- (C) vaso sanitário, bidê e chuveiro.
- (D) bidê, lavatório e banheira.
- (E) lavatório, vaso sanitário e chuveiro.

52. Segundo a Norma Brasileira para instalações elétricas de baixa tensão – NBR 5410:2004, em relação aos eletrodos de aterramento de uma edificação, é correto afirmar:

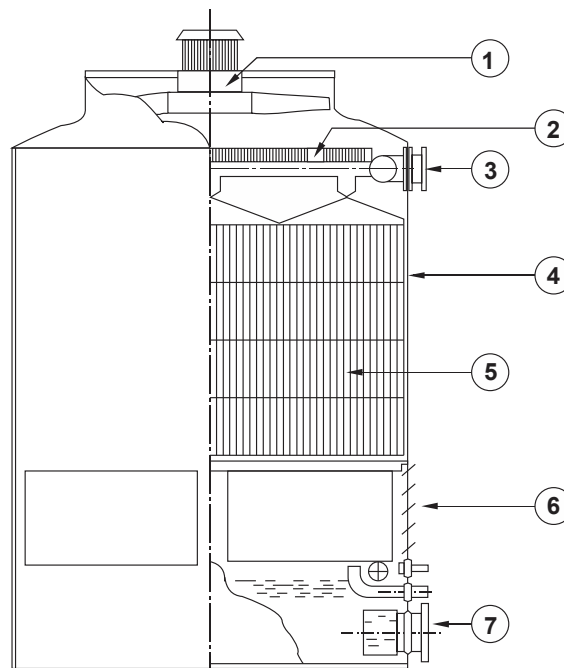
- (A) Deve-se utilizar diferentes metais na infraestrutura de aterramento, para evitar os efeitos da corrosão eletrolítica.
- (B) Deve-se evitar o uso das próprias armaduras das fundações.
- (C) Admite-se o uso de fitas, barras ou cabos metálicos, especialmente previstos, imersos no concreto das fundações.
- (D) Admite-se o uso de canalizações metálicas de água.
- (E) Deve-se restringir o acesso à infraestrutura de aterramento junto aos pontos de entrada de condutores e utilidades.

53. São medidas passivas e medidas ativas de segurança contra incêndio, respectivamente:

- (A) extintor de CO<sub>2</sub> e porta corta fogo.
- (B) detector de fumaça e alarme de incêndio.
- (C) escada enclausurada e iluminação de emergência.
- (D) alarme de incêndio e escada enclausurada.
- (E) iluminação de emergência e detector de fumaça.



54. A figura abaixo ilustra os componentes principais de uma torre de resfriamento para instalação de ar condicionado.



Correspondem a entrada de água, motor-ventilador, eliminadores de gotas e saída de água, respectivamente, os números

- (A) 3, 1, 2 e 7.
- (B) 7, 5, 1 e 3.
- (C) 3, 5, 1 e 7.
- (D) 3, 2, 1 e 7.
- (E) 1, 5, 6 e 7.

55. Em um cronograma de trabalho, são exemplos de marcos de planejamento e marcos contratuais, respectivamente:

- (A) inauguração da obra e estrutura concluída.
- (B) estrutura concluída e final da terraplenagem.
- (C) inauguração da obra e início da obra.
- (D) final da terraplenagem e estrutura concluída.
- (E) início da obra e inauguração da obra.

56. Uma determinada obra dispõe de três pedreiros para a execução da tarefa alvenaria. A quantidade de alvenaria a executar é de  $180 \text{ m}^2$ , a produtividade do pedreiro é de  $1,5 \text{ m}^2/\text{h}$  e a jornada de trabalho de  $8\text{h}/\text{dia}$ . Caso fosse reduzida a disponibilidade de três para dois pedreiros, mantidas as demais condições, o prazo para a execução da tarefa alvenaria seria ajustado em

- (A) 15 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 2,4 dias.
- (D) 7,5 dias.
- (E) 2,5 dias.

57. Com relação ao planejamento e controle de obras, é correto afirmar:

- (A) Atividades críticas são o conjunto dos caminhos críticos de um projeto.
- (B) Se a folga livre da atividade for consumida, as sucessoras desta atividade não poderão iniciar na data mais cedo.
- (C) Uma unidade de tempo aumentada em uma atividade não crítica dilata o prazo total do projeto.
- (D) O caminho crítico é o caminho mais curto do início ao fim do projeto.
- (E) Uma unidade de tempo poupada no caminho crítico antecipa em uma a duas unidades de tempo o final do projeto.

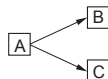


58. Em um projeto de sistema viário onde as curvas de nível estão representadas de metro em metro, uma via possui comprimento de 60 metros e a distância horizontal entre curvas é uniforme e mede 8 metros. Portanto, a declividade desta via é de
- (A) 7,5%.
  - (B) 8%.
  - (C) 1/8%.
  - (D) 12,5%.
  - (E) 13,33%.
- 
59. São tributos incidentes sobre o lucro em empreendimentos de engenharia:
- (A) IRPJ e COFINS.
  - (B) ISS, PIS e COFINS.
  - (C) IPI e ICMS.
  - (D) ICMS e COFINS.
  - (E) IRPJ e CSLL.
- 
60. Com relação aos requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores elétricos de passageiros, exigidos pela Norma Brasileira, é correto afirmar:
- (A) Quando a velocidade do carro está inter-relacionada com a frequência elétrica da rede até o momento da aplicação do freio mecânico é considerada que a velocidade não exceda 130% da velocidade nominal ou a velocidade fracionária correspondente.
  - (B) Ocorrendo a queda livre do carro a partir do pavimento extremo inferior, a possibilidade do freio de segurança não atuar, antes que o para-choque seja atingido, é considerada aceitável.
  - (C) Limitador de velocidade é o dispositivo que, quando o elevador atinge uma velocidade predeterminada, limita a velocidade do elevador e, se necessário, aciona o freio de segurança.
  - (D) Zona de destravamento é a zona que se estende apenas abaixo do piso de um pavimento na qual o piso da cabina deve situar-se para que a porta de pavimento correspondente esteja destravada.
  - (E) A caixa deve ser convenientemente ventilada e pode ser utilizada para ventilação de locais alheios ao serviço dos elevadores.
- 
61. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são planos de resíduos sólidos:
- (A) plano nacional de resíduos sólidos, planos estaduais de gestão integrada de resíduos sólidos e planos microrregionais de resíduos sólidos.
  - (B) plano nacional de resíduos sólidos, planos intermunicipais de resíduos sólidos e planos interestaduais de resíduos sólidos.
  - (C) planos microrregionais de resíduos sólidos, planos intermunicipais de resíduos sólidos e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
  - (D) planos interestaduais de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
  - (E) plano nacional de resíduos sólidos, planos interestaduais de resíduos sólidos e planos estaduais de gestão integrada de resíduos sólidos.
- 
62. Em instalações de cabeamento estruturado para edifícios comerciais e *data centers*, "*Hardware* de conexão a partir do qual se origina o cabeamento horizontal" é a definição correta para o distribuidor
- (A) principal.
  - (B) de zona.
  - (C) de piso.
  - (D) de edifício.
  - (E) de *campus*.



63. Com relação ao projeto e execução de fundações, a carga de ruptura geotécnica dividida pelo coeficiente de minoração da resistência última corresponde à carga
- (A) de ruptura.
- (B) de trabalho de estacas.
- (C) admissível.
- (D) resistente de projeto.
- (E) de equilíbrio.

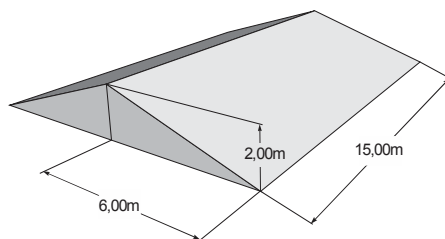
64. No planejamento e controle de obras, o diagrama de rede pode ser representado através do método dos blocos, ou *Precedence Diagramming Method* – PDM, como na figura abaixo.



A representação equivalente ao diagrama acima no método das flechas, ou *Arrow Diagramming Method* – ADM, é

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

65. A imagem abaixo ilustra esquematicamente a configuração da cobertura de uma edificação localizada no município de Passo Fundo – RS. Nesta cobertura de duas águas não podem ser tolerados empoçamentos ou extravasamentos.



Sabendo que na referida localidade a intensidade pluviométrica para chuvas intensas de  $t = 5$  min para tempos de retorno de 1, 5 e 25 anos é de 110, 125 e 180 mm/h, respectivamente, a vazão de projeto, em litros por minuto, considerada para dimensionamento das calhas para cada água será de

- (A) 192,5.
- (B) 630.
- (C) 218,75.
- (D) 437,5.
- (E) 315.



66. Pretende a Administração pública municipal contratar a construção de um estádio destinado a receber competições internacionais e nacionais. Para tanto, a Administração providenciou, a fim de instruir o procedimento de licitação, a especificação dos elementos e diretrizes que deveriam ser seguidos para a elaboração do projeto básico pela contratada. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a licitação é
- (A) regular, tendo em vista que cabe ao contratado providenciar o projeto básico e, após, o projeto executivo.
  - (B) irregular, tendo em vista que a contratação de obras de grande porte deve, necessariamente, fazer-se por meio de parceria público-privada.
  - (C) regular, desde que os aspectos orçamentários estejam devidamente analisados e haja recursos para cobrir as despesas.
  - (D) irregular, tendo em vista que somente a licitação para contratação de obras acrescidas de serviços prescinde de projeto básico.
  - (E) irregular, tendo em vista que é necessário que o procedimento de licitação esteja instruído com projeto básico disponível para consulta pelos interessados em participar do certame.
67. As concessões regidas pela Lei nº 8.987/95 destinam-se a
- (A) obras de engenharia dissociadas de serviços públicos, para os quais é necessária contratação autônoma.
  - (B) contratação de obras e serviços públicos pelos critérios de menor valor da tarifa ou maior oferta pela outorga da concessão, não se admitindo critério de melhor técnica.
  - (C) contratação de obras e serviços, sob a modalidade integrada, que pressupõe a prévia elaboração de projeto básico e executivo pelo poder concedente.
  - (D) prestação de serviços públicos, precedidas ou não de obra pública, cabendo previsão, no contrato, dos indicadores para avaliação da qualidade de desempenho das atividades realizadas pelo privado.
  - (E) prescindem da elaboração de cronograma físico-financeiro da execução das obras e serviços, podendo ser definido pela concessionária após a celebração do contrato.
68. Pretendendo determinada Administração pública firmar contrato de parceria público-privada, nos moldes da Lei nº 11.079/2004, deve se certificar de que
- (A) o serviço objeto do contrato seja precedido de obra de infraestrutura e a remuneração seja integralmente suportada pela tarifa cobrada do usuário.
  - (B) a opção pela concessão administrativa impeça que o objeto da avença também contemple obras públicas, apenas passíveis de enquadramento pela concessão patrocinada.
  - (C) a previsão de aporte pelo parceiro público se destine a custear obras ou adquirir bens reversíveis, guardada proporcionalidade com as etapas de execução na fase de investimentos.
  - (D) a previsão de aporte pelo parceiro público se preste a remunerar o parceiro privado nas hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, complementando a contraprestação já devida.
  - (E) as obras executadas pelo parceiro privado sejam remuneradas por contraprestação pecuniária fixada no edital ou por aporte financeiro, não havendo previsão legal para a cumulação das verbas.
69. Diante da análise de um determinado aditivo a contrato de obra pública, deve o agente público responsável pelo controle, na forma do que dispõe o Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU (Portaria SEGECEX nº 33/2012), atestar a regularidade quando, dentre outros requisitos,
- (A) houver continuidade entre a data de vigência do contrato e do aditivo, e se as alterações promovidas estiverem justificadas e devidamente autorizadas pelas autoridades competentes.
  - (B) as alterações substanciais promovidas no objeto do contrato estiverem demonstradas em projetos aprovados e estudos econômicos de viabilidade sobre a substituição.
  - (C) as previsões constantes do aditivo, inclusive a substituição do objeto, tiverem sido devidamente motivadas e justificadas sob o prisma do interesse público.
  - (D) não implicar mudanças qualitativas, tendo em vista que somente as alterações quantitativas podem ser objeto de previsão em aditivos contratuais.
  - (E) tiver havido um intervalo máximo de sessenta dias entre o término do prazo contratual e a assinatura do aditivo contratual.
70. Firmado um contrato de obras de reforma de um edifício histórico da Administração municipal, identificou-se que algumas complementações deveriam ser introduzidas às obras já previstas, em razão de as instalações já existentes terem se mostrado, supervenientemente, incapazes de suportar a demanda. Esse acréscimo ao contrato firmado
- (A) deve respeitar o limite de vinte e cinco por cento do valor inicialmente contratado, aditando-se o contrato com dispensa de licitação.
  - (B) pode ser promovido como alteração quantitativa, desde que respeite o percentual de cinquenta por cento para acréscimo.
  - (C) não pode, independentemente do valor, ser firmado com o contratado original, sendo imprescindível a realização de licitação específica.
  - (D) pode ser promovido como alteração qualitativa, respeitado o percentual de vinte e cinco por cento do valor inicial do contrato.
  - (E) não pode ser firmado, salvo se comprovado que o valor que seria atingido em licitação autônoma seria superior ao valor do acréscimo a ser previsto no aditamento.





71. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em matéria ambiental, compete
- (A) ao Município legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
  - (B) ao Município legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
  - (C) ao Município atuar concorrentemente com União, Estados e Distrito Federal na proteção do meio ambiente e no combate à poluição em qualquer de suas formas.
  - (D) apenas à União, Estados e Distrito Federal a preservação das florestas, da fauna e da flora.
  - (E) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- 
72. A Constituição Federal de 1988, quando trata do patrimônio cultural brasileiro, estabelece que
- (A) criações científicas e tecnológicas são bens de natureza imaterial.
  - (B) criações científicas e tecnológicas constituem modalidade de patrimônio científico e acadêmico.
  - (C) elementos ecológicos são considerados como parte do patrimônio cultural brasileiro.
  - (D) as punições sobre os danos e ameaças ao patrimônio cultural são tratados por legislação específica e diferente daquela de natureza ambiental.
  - (E) os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos pertencem a modalidade de patrimônio quilombola.
- 
73. Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, dependerá de licenciamento ambiental com base em Estudo prévio de Impacto Ambiental a instalação de toda obra ou atividade
- (A) potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
  - (B) efetivamente causadora de qualquer intensidade de degradação ambiental.
  - (C) causadora de degradação ambiental de alta intensidade.
  - (D) causadora de degradação ambiental em área de alta vulnerabilidade.
  - (E) que comportem risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente.
- 
74. De acordo com o CONAMA, o Estudo de Impacto Ambiental
- (A) deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, evitando sempre o seu confronto com a hipótese de não execução do projeto.
  - (B) é elaborado pelo órgão estadual competente ou pelo IBAMA, que poderá fixar as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive quanto aos prazos para conclusão e análise dos estudos.
  - (C) deve definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, apenas quando couber, a bacia hidrográfica na qual se localiza.
  - (D) não deve observar os planos e programas governamentais, pelo fato de o estudo de impacto ambiental ser aplicado apenas à escala de projetos.
  - (E) deve identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade.
- 
75. De acordo com o CONAMA, o Relatório de Impacto Ambiental
- (A) deve conter os impactos cumulativos da relação entre o projeto e as políticas setoriais, planos e programas governamentais.
  - (B) deve apresentar a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação.
  - (C) deve apresentar detalhadamente as análises e os resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto.
  - (D) não deve indicar, em hipótese alguma, a alternativa mais favorável ao projeto, para não influenciar a opinião pública sobre o processo de licenciamento ambiental.
  - (E) será acessível ao público e incluirá informações protegidas por sigilo industrial.



76. Um cidadão é surpreendido pela Polícia Ambiental enquanto caçava uma onça parda na Serra da Cantareira, tendo inclusive a polícia presenciado o momento em que o animal foi abatido por arma de fogo. Nesta situação, a pena prevista
- (A) poderá ser atenuada em função do eventual baixo grau de instrução e do arrependimento do agente.
  - (B) não pode ser agravada na circunstância do referido ato ter afetado áreas urbanas.
  - (C) não será aplicada caso fique comprovado que o cidadão desconhecia a Lei de Crimes Ambientais.
  - (D) será atenuada, caso o referido ato tenha ocorrido em domingos e feriados.
  - (E) é de multa e prestação de serviços comunitários.
- 
77. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define que
- (A) as Unidades de Conservação podem auxiliar indiretamente na proteção de patrimônio cultural, ainda que sua finalidade exclusiva seja a proteção de elementos da flora e fauna.
  - (B) as Reservas Particulares do Patrimônio Natural podem proteger áreas de propriedade pública.
  - (C) é possível que uma Unidade de Conservação de Proteção Integral abrigue elementos do patrimônio natural, inclusive envolvendo áreas de propriedade particular.
  - (D) a modalidade Estação Ecológica não prevê a proteção de elementos do patrimônio natural.
  - (E) as áreas particulares de uma Unidade de Conservação de Uso sustentável devem ser desapropriadas e tornadas públicas.
- 
78. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos,
- (A) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras não podem ser considerados como instrumentos válidos.
  - (B) poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, independentemente de sua viabilidade técnica e ambiental.
  - (C) resíduos domiciliares são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
  - (D) resíduos agrossilvopastoris são aqueles gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades.
  - (E) resíduos industriais são aqueles gerados nos processos produtivos e instalações industriais, incluindo os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.
- 
79. Segundo a Política Nacional de Saneamento Básico,
- (A) em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência.
  - (B) a autoridade ambiental competente pelo licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades apenas em função do porte das unidades.
  - (C) a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água poderá ser também alimentada por outras fontes, com o objetivo de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental.
  - (D) a autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, independentemente da capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.
  - (E) o licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, independentemente da capacidade de pagamento dos usuários.
- 
80. Sobre a coleta seletiva, a legislação federal prevê que
- (A) não poderá haver, em qualquer hipótese, segregação prévia seja em função de constituição ou composição do material.
  - (B) os titulares do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em sua área de abrangência, definirão os procedimentos para o acondicionamento adequado e disponibilização dos resíduos sólidos objeto da coleta seletiva.
  - (C) é possível que a coleta seletiva evite a implantação de sistemas de logística reversa.
  - (D) o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de todas as faixas de renda.
  - (E) a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deve ser atingida independentemente da implantação do sistema de coleta seletiva.



**Instruções:** Para responder às questões de números 81 a 83, considere a seguinte informação:

As contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, que emite um parecer prévio. O julgamento dessas contas, todavia, cabe ao Poder Legislativo Municipal.

81. O TCE-RS emitiu parecer prévio desfavorável às contas de um Prefeito por falhas relativas à gestão fiscal e à aplicação de recursos nas áreas da educação e saúde. Esse parecer somente deixará de prevalecer por decisão de

- (A) 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (B) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (C) 1/2 dos membros da Câmara Municipal.
- (D) 3/4 dos membros da Câmara Municipal.
- (E) 3/5 dos membros da Câmara Municipal.

82. Se a Câmara Municipal desse município julgasse as contas do Prefeito antes mesmo do TCE-RS emitir o parecer prévio conclusivo, este ato seria classificado como

- (A) sujeito à validação após a emissão do parecer prévio.
- (B) legal, condicionado à aprovação unânime pelos vereadores.
- (C) instrumento auxiliar aos trabalhos do TCE-RS.
- (D) legítimo, se o julgamento for favorável.
- (E) nulo, por expressa previsão legal.

83. Para que o TCE-RS possa exercer sua competência de emitir os pareceres prévios, com base nos trabalhos de fiscalização sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os Chefes do Poder Executivo devem, de acordo com sua Lei Orgânica, obrigatoriamente, prestar contas até

- (A) 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.
- (B) 31 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (C) 15 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (D) três meses após a publicação dos balanços.
- (E) seis meses após a publicação dos balanços.

84. O TCE-RS tomou ciência de ato que importou dano ao erário, ocorrido por omissão do administrador de uma autarquia municipal. Após impugnado, este ato estará sujeito a

- (A) avaliação mediante parecer prévio.
- (B) apreciação para fins de registro.
- (C) tomada de contas especial.
- (D) inspeção regular de auditoria.
- (E) auditoria de gestão.

85. Por meio de uma informação anônima endereçada a uma determinada Prefeitura, foi revelado um esquema fraudulento de licitações. O dever constitucional de comunicação dessa ilegalidade ao TCE-RS é do

- (A) assessor jurídico do Prefeito.
- (B) presidente da comissão de licitação.
- (C) responsável pelo controle interno.
- (D) responsável pelo controle externo.
- (E) Prefeito.

86. A Constituição Federal estabelece formas de atuação dos Tribunais de Contas: emissão de parecer prévio; apreciação para fins de registro; julgamento. É ato sujeito à apreciação para fins de registro pelo TCE-RS:

- (A) admissão de pessoal para cargo em comissão.
- (B) admissão de pessoal para cargo efetivo.
- (C) prestação de contas decorrente de subvenção social.
- (D) contratação de serviço mediante licitação.
- (E) melhoria que altere o fundamento do ato que concedeu aposentadoria.

87. A realização de auditoria de natureza contábil por parte do TCE-RS em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público pode ser feita por iniciativa

- (A) de partido político.
- (B) do Ministério Público.
- (C) do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (D) de Comissão Técnica ou de Inquérito.
- (E) do Supremo Tribunal Federal.

88. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e os Ministros do Tribunal de Contas da União têm, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos

- (A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

89. Na eventualidade de um Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RS cometer um crime de responsabilidade, ele será processado e julgado, originariamente, pelo

- (A) Plenário do TCE-RS.
- (B) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

90. A competência para a criação, transferência de sede ou extinção de unidade de trabalho do TCE-RS é

- (A) da Corregedoria-Geral.
- (B) da Vice-Presidência.
- (C) da Presidência.
- (D) do Conselheiro.
- (E) do Tribunal Pleno.



<p>91. O TCE-RS pode ser dividido em Câmaras, que devem sempre ser presididas por um Conselheiro. Excepcionalmente, na sessão em que ocorrer hipótese de vacância de cargo, ausência, férias ou impedimento dos Conselheiros, a Câmara poderá ser presidida por Auditor Substituto de Conselheiro que estiver em substituição a Conselheiro. Essa Substituição será em caráter</p> <p>(A) precário.</p> <p>(B) eventual.</p> <p>(C) sigiloso.</p> <p>(D) meramente quantitativo.</p> <p>(E) definitivo.</p>	<p>95. Uma das formas do procurador da parte interessada intervir no processo do TCE-RS é mediante solicitação de sustentação oral perante o Tribunal Pleno ou as Câmaras. Uma vez concedida, o uso da palavra poderá ser feito pelo prazo de</p> <p>(A) 15 minutos.</p> <p>(B) 20 minutos.</p> <p>(C) 5 minutos.</p> <p>(D) 10 minutos.</p> <p>(E) 30 minutos.</p>
<p>92. São matérias afetas aos trabalhos do TCE-RS: expedir recomendações sobre programas de informatização do Tribunal; determinar a realização de inspeções especiais; relatar, no Tribunal Pleno, matérias de natureza administrativa. Esses atos são de competência, respectivamente, do</p> <p>(A) Presidente, Presidente e Corregedor-Geral.</p> <p>(B) Presidente, Vice-Presidente e Presidente.</p> <p>(C) Corregedor-Geral, Presidente e Vice-Presidente.</p> <p>(D) Corregedor-Geral, Presidente e Presidente.</p> <p>(E) Presidente, Corregedor-Geral e Vice-Presidente.</p>	<p>96. As sessões do TCE-RS podem ser ordinárias, extraordinárias, especiais ou administrativas. A emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e a posse de Conselheiro são atos que ocorrem, respectivamente, em sessões</p> <p>(A) extraordinária e especial.</p> <p>(B) extraordinária e extraordinária.</p> <p>(C) ordinária e administrativa.</p> <p>(D) especial e especial.</p> <p>(E) especial e ordinária.</p>
<p>93. É regra atinente ao Ministério Público junto ao TCE-RS:</p> <p>(A) Os Adjuntos de Procurador são nomeados pelo Governador do Estado e tomam posse junto ao Presidente do TCE-RS.</p> <p>(B) O Ministério Público junto ao TCE-RS será sempre ouvido no início da instrução.</p> <p>(C) O prazo para manifestação do Ministério Público será de 90 dias.</p> <p>(D) Iniciada a fase de votação, o membro do Ministério Público somente poderá usar a palavra para prestar esclarecimentos adicionais ou de equívocos ou dúvidas.</p> <p>(E) O Procurador será empossado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno.</p>	<p>97. Faz parte do conteúdo mínimo dos relatórios e parecer prévio das contas do Governador a análise</p> <p>(A) dos contratos de concessão dos serviços públicos.</p> <p>(B) das admissões de pessoal por prazo determinado.</p> <p>(C) das concessões de subvenção, auxílios e contribuições.</p> <p>(D) da concessão de adiantamento de numerário para operações policiais de caráter reservado.</p> <p>(E) da dívida pública.</p>
<p>94. Os Auditores Substitutos de Conselheiros do TCE-RS</p> <p>(A) ocupam, na hierarquia do TCE-RS, posição imediatamente inferior a do Procurador.</p> <p>(B) deverão, na sua totalidade, estar presentes às sessões do Tribunal Pleno e, em número de dois, às das Câmaras.</p> <p>(C) terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça quando não estiverem no exercício da substituição.</p> <p>(D) substituirão um Conselheiro mediante rodízio e a convocação de um mesmo auditor substituto de conselheiro não ultrapassará 30 dias.</p> <p>(E) terão prazo de 30 dias para emitir parecer, se individual, e 60 dias, se coletivo.</p>	<p>98. O recurso de embargos</p> <p>(A) é cabível de decisão proferida pelo Tribunal Pleno.</p> <p>(B) tem efeito suspensivo em qualquer situação.</p> <p>(C) pode ser interposto uma única vez.</p> <p>(D) tem prazo de 15 dias para a interposição.</p> <p>(E) pode ser interposto apenas pela parte interessada ou terceiro prejudicado.</p> <p>99. Uma decisão do TCE-RS, já transitada em julgado, contém erro de cálculo. Nesse caso, é cabível a proposição de</p> <p>(A) agravo regimental.</p> <p>(B) revisão.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) embargos declaratórios.</p> <p>(E) reconsideração.</p> <p>100. O Regimento Interno do TCE-RS pode ser emendado mediante proposta de iniciativa</p> <p>(A) do Conselheiro.</p> <p>(B) do Ministério Público de Contas.</p> <p>(C) de Auditor Substituto de Conselheiro.</p> <p>(D) do corpo técnico.</p> <p>(E) do Diretor da Escola de Contas.</p>